

ALTERNATIVA DE RENDA PARA POPULAÇÃO NO INTERIOR DA AMAZÔNIA: o

caso de Manaquiri/Am

Lucilene Ferreira de Melo¹

Resumo

O texto teve como objetivo apresentar as experiências de negócios sustentáveis de produtos não-madeiráveis, na região norte. Foi possível mapear 25 experiências na literatura consultada sobre o assunto, sendo que o enfoque é no município de Manaquiri/AM, onde foi realizada a pesquisa. Parte-se do entendimento que o aproveitamento econômico da floresta constitui um poderoso instrumento de desenvolvimento econômico e alternativa de renda às populações do interior da Amazônia e um dos maiores desafios postos para os diferentes ramos da ciência pela complexidade da sua abordagem.

Palavras-chave: Desenvolvimento Sustentável; Amazônia; Iniciativas locais.

Abstract

The text aims to present the experiences of sustainable business of non-timber products, in the north. It was possible to map out 25 experiments in the literature on the subject, and the focus is in the city of Manaquiri / AM, where the search was conducted. Part from the understanding that the economic exploitation of the forest is a powerful tool for economic development and alternative income to people in the interior of the Amazon and one of the greatest challenges posed to the different branches of science by the complexity of his approach.

Keywords: Sustainable Development; Amazon; Local initiatives.

¹ Doutora. Universidade Federal do Amazonas – UFAM. lucilenefmelo@yahoo.com.br



I. INTRODUÇÃO

O tema é particularmente oportuno quando os recursos naturais estão sendo colocados como essenciais para o desenvolvimento da região amazônica². Incorporado a isso, há preocupações quanto à sustentabilidade social, econômica e ecológica em virtude do aproveitamento em escala comercial desses recursos.

O recorte deste trabalho refere-se ao aproveitamento econômico da floresta, pois se bem utilizado e manejado de maneira adequada, constitui um poderoso instrumento de desenvolvimento econômico e alternativa de renda às populações do interior da Amazônia.

A exploração dos recursos da floresta não é recente, historicamente remonta desde o século XVI. Entretanto, a população da Amazônia tem servido apenas como mão-de-obra barata, à mercê de atividades desenvolvidas por grupos interessados em obter lucros a qualquer custo.

De acordo com Browder (1992), os usos comerciais correntes das florestas tropicais, baseada na criação de gado, projetos de assentamento agrícola patrocinados pelo governo e extração comercial de madeira, nenhuma se revelou lucrativa ou sustentável para os povos da floresta.

II. PISTAS TEÓRICAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA AMAZÔNIA

A tarefa que hoje compartilham diferentes pesquisadores e interessados na questão é a busca de alternativas de uso da floresta que compatibilizem a sobrevivência do homem interiorano sem o esgotamento dos recursos naturais. Diante disso, a dúvida que paira no ar, é como saber se o caminho em curso está sendo sustentável? O que possibilita ter essa antevisão do futuro, considerando que a sustentabilidade socioeconômico e ambiental envolve o tempo como uma variável a ser considerada?

Num impulso de responder aos questionamentos escolhe-se um ponto de partida, ou seja, é preciso ter uma referência. Qualquer caminho a ser percorrido precisa ser planejado a partir de parâmetros que norteiem a ação a ser desencadeada.

O desafio sobre essa questão está lançado para os diferentes ramos da ciência pela complexidade da sua abordagem, por isso dizer que quando se inclui a variável ambiental no processo de desenvolvimento, essa discussão transcende qualquer área do saber, mas de nada

² Ver mais sobre o assunto em Política Integrada para a Amazônia Legal e potencialidades do Estado do Amazonas (2001).



adiantará se as reflexões forem fragmentadas, não expressarem e não considerarem as correlações existentes entre esses diferentes aspectos.

Na visão de Coelho (1994), o pensamento ecológico sobre desenvolvimento sustentável se desdobra em duas correntes principais: a primeira, chamada de ecodesenvolvimento ou desenvolvimento sustentável e a segunda, ecopolítica ou economia política do meio ambiente. Ecodesenvolvimento ou desenvolvimento sustentável surge com a exigência de desenvolver sem agredir o meio ambiente na década de 60; ela busca o equilíbrio ecológico. Ecopolítica ou Economia Política do Meio Ambiente emerge do reconhecimento de integrar a preocupação ecológica à economia política nas idéias de Marx e Engels.

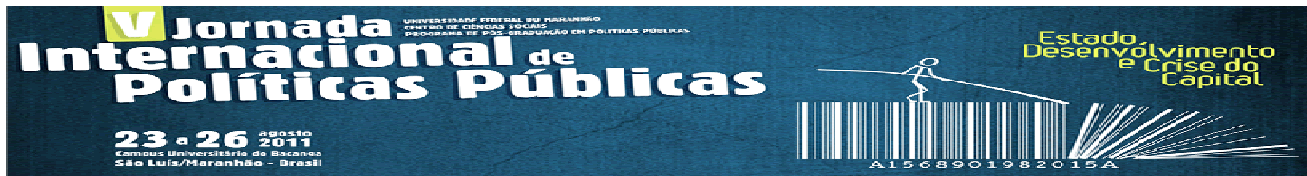
Little (2004) descreve seis vertentes que estão presentes no contexto amazônico com ideologia ambiental e finalidades diferentes: Preservacionismo, Conservacionismo, Tecnoambientalismo, Ecologismo, Socioambientalismo e Globalismo. O Preservacionismo visa a natureza no seu estado selvagem, intocável. O Conservacionismo explora os recursos naturais de maneira que não se esgotem. O Tecnoambientalismo visa a gestão do ambiente pelas políticas públicas, visando formas técnicas de remediar condições ambientais inadequadas. O Ecologismo procura mudanças radicais na atual forma de produção. O Socioambientalismo, alianças estratégicas entre setores do movimento ambientalista e grupos sociais. O Globalismo possui uma preocupação voltada para a situação ambiental do planeta terra.

Há uma predominância das visões menos críticas sobre a atual forma de acumulação capitalista, sobretudo nas iniciativas governamentais. Porém, qualquer intervenção sofrerá influência dos múltiplos interesses no contexto no qual se pretende atuar. Portanto, nenhuma iniciativa será puramente vinculada a uma vertente; o que ocorrerá serão ênfases em determinados aspectos sem esquecer que o processo possui muitas variáveis. Desse modo, somente com experiências concretas é que será possível ampliar a reflexão e ter abordagens teóricas mais próximas da complexa realidade.

Algumas pistas são sinalizadas para serem consideradas nos processos de desenvolvimento como referências para identificar a sustentabilidade socioeconômica e ambiental de políticas, programas ou projetos, objetivando a conciliação entre o desenvolvimento, a preservação ecológica e a melhoria da qualidade de vida do homem.

Sobre essa questão Furtado (1993) defende, corroborando o pensamento de Sternberg (1987), critérios para o desenvolvimento local que devem consistir em princípios coerentes à diversidade sociocultural e ambiental da Amazônia, ter cunho antropocêntrico e devem ser pautados em uma aliança com a população que “vivencia o viver na Amazônia”, de modo que o saber empírico do “caboclo” seja considerado.

A idéia que é importante sublinhar na tendência apontada por Sternberg (1987) é que todos



os envolvidos na questão possam ser respeitados como parte envolvida e interessada. Por isso, o “habitante esquecido” da floresta precisa ser incorporado nesse processo, uma vez que ele depende dos recursos naturais para sobreviver e historicamente vem fazendo uso desse recurso.

Sachs (1986) menciona três condições para desenvolver sustentavelmente: primeiro, um grande conhecimento das culturas e dos ecossistemas, bem como daquilo que as diferentes culturas aprenderam sobre os seus ecossistemas; a segunda é o envolvimento dos cidadãos nesta atividade; e a terceira é a condição institucional que consiste no estabelecimento de um esquema de mercado que ofereça termos de troca justo e proporcione acesso a certos recursos críticos difícil de obter localmente.

A partir disso, pode-se considerar qualquer tentativa de preservar e/ou conservar, modificar práticas socialmente construídas em relação à natureza, não estão limitadas a ela, por isso é imprescindível o envolvimento da população envolvida para traçar conjuntamente novas estratégias de ação.

III. INICIATIVAS LOCAIS PARA O USO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS FLORÍSTICOS NA AMAZÔNIA

O uso de modo sustentável dos recursos da floresta vem atraindo a atenção de diferentes segmentos da sociedade. Poder dispor desses recursos para fins econômicos constitui-se na atualidade uma oportunidade fascinante para alguns investidores, seja no aspecto da pesquisa ou no da produção de insumos e produtos de origem florestal. Restava, contudo, saber questões de ordem prática: que ações estão sendo realizadas no sentido de aproveitar os recursos naturais não-madeiráveis como oportunidades de negócios ? por quem ? quais os parceiros dessas iniciativas ? A literatura sobre o assunto ainda é pouca, mas as que são possíveis de localizar apresentam iniciativas pioneiras, tendo por base a sustentabilidade ambiental, econômica e social.

Assim, buscou-se conhecer na linha dos negócios sustentáveis de produtos não-madeiráveis aqueles localizados na região norte. Com esse recorte, foi possível mapear 20 experiências na literatura consultada, uma vez que algumas estão em mais de uma obra. Foram também detectadas mais 05 vinculadas ao PROVÁRZEA/IBAMA, no âmbito do Programa Piloto para a Proteção de Florestas Tropicais do Brasil (PPG7).

Dentre as publicações consultadas, Camarotti & Spink (2000) apresentam cinco iniciativas de soluções locais na construção de relações socioeconômicas, dentre essas apenas o projeto couro vegetal da Amazônia estava localizada na região norte e na linha de negócios selecionada.



Rodrigues (2002) coordenou o mapeamento de 19 experiências no Brasil. Dos projetos da região norte, nosso recorte espacial, quatro foram os que contemplavam a linha de negócios de produtos florestais não madeiráveis.

Em Abrantes (2002) encontra-se a sinopse de oito experiências empreendedoras, em regime de incubação, no Amazonas e Pará, todas utilizando insumos de recursos vegetais.

A obra organizada por Anderson & Clay (2002) traz oito estudos de caso de produção e comercialização dos produtos da floresta. Dentre esses, seis contemplam a delimitação estabelecida para as experiências, sendo que quatro foram incluídas em outras obras: projeto dos Yawanawá, Couro vegetal, Pronatus e Projeto Reça.

Em Sayago *et al.* (2004) encontra-se novamente o relato da experiência do Projeto Yawanawá com a Aveda.

No âmbito das Iniciativas Promissoras do Programa Piloto para a Proteção de Florestas Tropicais do Brasil (PPG7)/PROVÁRZEA/IBAMA que possui 24 subprojetos, dentre esses, cinco subprojetos atuam nessa linha, sendo que um é no município de Manaquiri/AM que se constitui a razão deste trabalho.

A experiência piloto de organização e capacitação de um grupo de famílias produtoras a fim de disponibilizarem a produção de 05 espécies de valor econômico para o mercado em Manaquiri – Am compreendeu quatro momentos: o primeiro, o diagnóstico socioeconômico ambiental na sede do município e a construção da proposta; o segundo, a sensibilização e diagnóstico socioeconômico e ambiental nas comunidades; o terceiro, a capacitação e orientação para o trabalho com espécies de valor econômico, estimulando a capacitação empreendedora para a organização do grupo econômico; e o quarto, o apoio ao processo de produção para a comercialização de espécies vegetais.

Os pressupostos da pesquisa-ação nortearam as estratégias de operacionalização na busca de uma ferramenta metodológica para implantar e otimizar o processo de organização do grupo econômico visando a comercialização de recursos vegetais.

As parcerias foram fundamentais e firmadas gradativamente. Inicialmente o parceiro para despertar a cultura empreendedora pelo processo de capacitação foi o SEBRAE. Para dar o suporte necessário à produção e comercialização obteve-se o financiamento do Provárzea/IBAMA.

O trabalho foi organizado de modo processual, com etapas definidas, sem, contudo, serem encerradas quando se iniciava outra. O processo implicou em conhecer o contexto da ação, capacitar os interessados, avaliar e monitorar o processo, sendo as duas últimas necessárias para a passagem de uma etapa para outra.

Tal iniciativa foi permeada de múltiplos procedimentos aportados nos parâmetros de sustentabilidade (socioeconômico e ecológico).



IV. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As diversas iniciativas detectadas na Amazônia vêm ocorrendo desde 1988, elas procuram fazer o uso sustentável dos recursos que dispõem. De acordo com a procedência do proponente elas estão agrupadas em dez de base comunitária, nove em corporações e uma de iniciativa mista.

Destaca-se a multiplicidade de entidades parceiras que elas possuem, sendo consideradas centrais, seja de financiamento para a produção ou para desenvolver a capacitação da população envolvida pela transferência de tecnologia no manuseio adequado dos produtos. Foi possível identificar nas iniciativas detectadas que o Pará possui nove, o Amazonas oito e o Acre dois, sendo estas compartilhadas com o Amazonas e Rondônia. No que tange ao que é produzido, no que foi possível identificar, destaca-se o segmento de cosmético com o maior número de iniciativas, seja na forma de insumos ou de produtos acabados.

Alguns empreendimentos exploram apenas um tipo de recurso e dentre eles sobressaem-se o açaí (*Euterpe precatoria* Mart.), a copaíba (*Copaifera multijuga* Hayne), a castanha-da-amazônia (*Bertholletia excelsa* Bonpl.), o cupuaçu (*Theobroma grandiflorum* K. Schum.), a andiroba (*Carapa procera* D.C.) como os mais explorados.

A utilização dos recursos naturais deve obedecer alguns critérios, sobretudo quando está em questão o aspecto da comercialização. Daí a necessidade de buscar em conjunto com a população do interior um consenso para o uso racional desses recursos.

A idéia que é importante sublinhar é que os recursos naturais estão incorporados na vida prática das comunidades interioranas, de modo que nada mais justo e coerente de que esses possam contribuir com a melhor maneira de encontrar alternativas de subsistência e conservação ambiental.

V. REFERENCIAS

ABRANTES, J. S. *Bio (sócio) diversidade e empreendedorismo ambiental na Amazônia*. Rio de Janeiro. p. 142. 2002.

ANDERSON, A.; CLAY, J. (org.) *Esverdeando a Amazônia: comunidades e empresas em busca de práticas para negócios sustentáveis*. São Paulo: Peirópolis; Brasília, Distrito Federal: IIEB - Instituto Internacional de Educação do Brasil. 202p. 2002.

BORGES, F. B.. O empreendedorismo e o Desenvolvimento Sustentável. In: *Adcontar*, Belém, v.2, n.2, p. 53 - 59. 2001

BROWDER, J. O.. Alternativas de desenvolvimento para Florestas Tropicais Úmidas. In: Leonard, H.J. (org.) *Meio Ambiente e pobreza: estratégias de desenvolvimento para uma agenda comum*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed. 126 -144p. 1992



- COELHO, H. M.. Economia Sustentável, economia política do meio ambiente e a problemática ecológica da Amazônia. In: D' Incao, M. A.; Silveira, I.M. *A Amazônia e a crise de modernização*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi. p. 381 -386. 1994
- CAMAROTTI, I.; SPINK. P.. *Parcerias e pobres soluções locais na construção de relações sócio-econômicas*. Rio de Janeiro. 149p. 2000
- FURTADO. L.G. Comunidades Tradicionais: sobrevivência e preservação ambiental. In: D'Incao, Maria A. e Silveira, I. M. da (orgs.) *A Amazônia e a crise da Modernização*. Belém. Museu Paraense. pp. 67 – 74. 1993.
- LITTLE, P. E. Ambientalismo e Amazônia: encontros e desencontros. In: Sayago, D.; Tourrand. J.; Bursztyn. M. (org.) *Amazônia: cenas e cenários*. Universidade de Brasília, Brasília, Brasil. p. 321 - 344. 2004.
- RODRIGUES, G. S. (coord.) *Experiências de Sucesso em Desenvolvimento Municipal - o que tem sido feito e qual o apoio recebido*. Rio de Janeiro: IBAM/DES/NEL, Brasil. 131p. 2002.
- SACHS, I. *Ecodesenvolvimento crescer sem destruir*. São Paulo, Brasil. 207p. 1986.
- SALATI, E.; SANTOS, Â. A.; LOVEJOY, T.E.; KLABIN, I.. *Porque salvar a Floresta Amazônica*. Manaus: INPA. p.114. 1998
- SAYAGO, D.; TOURRAND. J.; BURSZTYN. M. (org.) *Amazônia: cenas e cenários*. Universidade de Brasília, Brasília, Brasil. 382p. 2004.
- STEMBERG, H.O. Reflexões sobre desenvolvimento e o futuro da Amazônia. In: *Homem e Natureza na Amazônia/Hombre y Naturaleza em Amazonia*. Tubigen, p. 46 –77 (Tubinger Geographische Studien, n. 95). 1987.